

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	15
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	35
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	39
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	40
10.5 - Políticas contábeis críticas	41
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	42
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	43
10.8 - Plano de Negócios	44
10.9 - Outros fatores com influência relevante	46

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui política específica, porém adota práticas de gerenciamento dos riscos aos quais está exposta em virtude de suas atividades, incluindo controles em níveis gerenciais e rotinas administrativas.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Embora não possua política específica de gerenciamento de riscos, a Companhia adota mecanismos internos que visam à prevenção e mitigação dos riscos identificados no curso do desenvolvimento de suas atividades.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção contra os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados por sua administração, sua reputação e os seus resultados financeiros. Os principais riscos monitorados são:

Riscos Estratégicos: aqueles relacionados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. Estão associados também a (i) mudanças no setor farmacêutico; (ii) surgimento de tecnologias ainda não mapeadas pela Companhia; (iii) imposição de restrições regulatórias, em especial, mas não se limitando, às relativas ao tratamento de diabetes e oncológicos; (iv) mudanças na estrutura de capital da Companhia e atuação em diferentes mercados; ou (v) mudanças de políticas na administração municipal onde as plantas se encontram instaladas e/ou políticas tributárias nas esferas estaduais e federais.

Riscos Operacionais: aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estão associados também (i) à execução do plano de negócios da Companhia, que pode ser afetado por eventuais sanções ocasionadas pelos fornecedores ou pelos clientes; (ii) ao fato de que os produtos que compõem os negócios da Companhia estão sujeitos a aprovações por agências reguladoras, o que pode alterar ou causar atrasos em seu planejamento; (iii) riscos regulatórios relativos a garantia da qualidade dos medicamentos importados (iv) a mudanças de políticas das concessionárias de fornecimento de serviços e/ou insumos que podem impactar na sua disponibilidade para o empreendimento; ou (v) ao aumento dos custos das operações da Companhia, em virtude não só de condições de mercado, variações de câmbio e mudanças tributárias, como também de alterações legais e regulatórias nas localidades nas quais a Companhia opera.

Riscos Financeiros: aqueles relacionados ao mercado, como de taxas de juros, crédito e câmbio. Relacionam-se ainda com o nível de endividamento da Companhia, que é elevado e pode gerar restrições de liquidez.

Riscos Legais/de Conformidade: aqueles relacionados à possível imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou reputacional que a Companhia pode vir a sofrer pelo descumprimento de leis, regulamentos, do Código de Conduta e Ética ou de outros normativos internos. Incluem, ainda, os riscos de processos trabalhistas e questões tributárias, de corrupção, entre outros.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Para proteção contra a materialização dos riscos aos quais está sujeita, a Companhia tem como prática o mapeamento e análise constantes dos riscos identificados, mediante monitoramento constante do mercado onde atua. Com o controle constante, a Companhia é capaz de assegurar que a sua exposição a riscos seja monitorada e gerenciada.

A Companhia procura ter uma visão clara dos principais riscos a que está exposta, atuando sobre eles de forma sistemática por meio da adoção de medidas de proteção, dentre as quais se encontram, por exemplo:

- Desenvolvimento de soluções tecnológicas para a otimização dos processos da Companhia com foco na redução de custos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Implementação de ações para aprimorar a eficiência nos processos de licenciamento de projetos, de forma a evitar atrasos e paralisações. Tais ações incluem (i) o emprego de equipes de especialistas altamente qualificados e multidisciplinar; (ii) a contratação de profissionais com experiência do mercado, incluindo gestores com experiência na indústria farmacêutica; e (iii) o monitoramento constante das atualizações regulatórias e legislativas pelo time técnico da Companhia;
- Monitoramento contínuo dos sistemas de gestão de saúde e segurança da Companhia, bem como realização de campanhas de prevenção para melhoria dos padrões de saúde e segurança dos colaboradores da Companhia;
- Construção de parcerias de longo prazo por meio de escolha de parceiros capacitados para toda a Companhia. Os critérios adotados para a definição dos parceiros podem envolver análises de viabilidade, procedimentos de *due diligence* anteriores à contratação, acordo de confidencialidade, verificação da capacidade de transporte dentro das exigências de qualidade e temperatura, dentre outros, conforme descritos na Política de *Due Diligence* de Integridade e Política de Intermediários da Companhia;
- Ênfase no controle de gastos, gestão de passivos, gestão de resultados, gestão de capital de giro e de ativos;
- Adoção de controles e mecanismos para detectar falhas de controle e obter informações sobre os casos de desvios de conduta;
- Monitoramento sistemático de mudanças nas políticas governamentais e de regulamentação do setor, para reagir rapidamente e se adequar tempestivamente a estas mudanças;
- Contratação de seguros;

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme abordado nos tópicos acima, a Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta. No nível gerencial mais alto da administração da Companhia, esse acompanhamento cabe à Diretoria, que se reporta periodicamente ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração auxilia na mitigação dos riscos a que a Companhia está exposta por meio da orientação e planejamento estratégico dos seus negócios, em linha com as atribuições que lhe são conferidas por lei e Estatuto Social. Ademais, as práticas implementadas têm sido coordenadas pelo Diretor Presidente (CEO), juntamente com a Diretoria Financeira, o Departamento Jurídico interno da Companhia e assessores externos especializados.

A Companhia conta ainda com Comitês Consultivos de apoio ao Conselho de Administração e à Diretoria, que têm por objetivo auxiliar no monitoramento, identificação e mitigação dos potenciais riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de recomendações não vinculativas. São eles:

Comitê de Auditoria: órgão não estatutário cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2016. Destacam-se entre as suas atribuições:

- (i) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (ii) acompanhar as práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras; e
- (iii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las.

Comitê de RH e Remuneração: órgão não estatutário cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2016. Destacam-se entre as suas atribuições:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (i) selecionar candidatos aos cargos de Diretoria da Companhia e indicá-los para eleição pelo Conselho de Administração; e
- (ii) avaliar e propor ao Conselho de Administração políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas, bem como diretrizes para atração e retenção de talentos; entre outras atribuições.

Comitê de Estratégia: órgão não estatutário composto cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2014. Destacam-se entre as suas atribuições:

- (i) propor a estratégia de atuação da Diretoria e auxiliá-la e aconselhá-la em suas atividades cotidianas e operacionais;
- (ii) monitorar a evolução da gestão da Companhia;
- (iii) acompanhar a execução, pela Diretoria, do plano anual, bem como discutir com a Diretoria e apresentar ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral novas matérias não constantes em tal plano para apreciação por tais órgãos; e
- (iv) sempre que julgar necessário, auxiliar na atuação da Diretoria, visando à sua otimização; entre outras atribuições.

Comitê de Ética: órgão colegiado de assessoramento e orientação à alta administração cuja criação, instalação e nomeação de membros foi aprovada por deliberação da Presidência em 15 de abril de 2021. Destacam-se entre as suas atribuições:

- (i) avaliar e monitorar as exposições de risco de *compliance* da BIOMM, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos;
- (ii) avaliar as ocorrências e denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias ou qualquer outro meio e aplicar sanções e as penalidades descritas no Código de Ética e Conduta e na legislação trabalhista, comunicando formalmente à alta administração, inclusive em casos envolvendo denúncias contra membros da Diretoria, devendo, nestes casos, reportar-se diretamente ao Conselho de Administração;
- (iii) acompanhar funcionários, fornecedores e parceiros de negócios da BIOMM quanto ao cumprimento das normas de integridade corporativa, exigindo e zelando pela sua fiel execução;
- (iv) monitorar aspectos de ética e conduta, incluindo a efetividade do Código de Ética e Conduta e do Canal de Denúncias;
- (v) emitir recomendações sobre situações de potencial conflito de interesse sempre que julgar necessário ou mediante solicitação da alta administração;
- (vi) submeter à alta administração suas recomendações sobre questões de sua competência e reportar suas atividades periodicamente;
- (vii) revisar periodicamente e recomendar eventuais alterações ao Código de Ética e de Conduta da BIOMM; e
- (viii) aprovar as políticas e demais normas internas de integridade da BIOMM.

O Comitê de Ética se reporta diretamente ao Conselho de Administração, reúne-se a cada dois meses ou em periodicidade menor, mediante necessidade, e é composto pelo *Compliance Officer* (Gerente Jurídico e de *Compliance*), Diretor Financeiro e *Head* de Gestão de Pessoas da Companhia. Os membros do Comitê de Ética serão designados pela alta direção e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Comitê de Crédito e Cobrança: O Comitê de Crédito e Cobrança foi constituído em outubro de 2020, com objetivo de estabelecer diretrizes e deliberar Políticas de Crédito, Cobranças, recuperação de crédito e as alçadas, bem como analisar,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

emitir parecer e deliberar as operações de crédito dentro dos limites de sua alçada decisória, podendo este ser presencial ou por meio eletrônico trimestralmente. É composto pela Gerência de Tesouraria, Diretoria Financeira e RI, Diretoria Comercial e Diretor-Presidente.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Conforme descrito nos itens acima, a alta administração e diversos órgãos da Companhia monitoram e avaliam, por meios considerados adequados, se a atuação da Companhia está de acordo com os níveis de risco entendidos como aceitáveis e se suas atividades representam exposição a riscos que comprometa o atendimento dos objetivos da Companhia.

Em vista de seu porte, riscos correspondentes e volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo, a Companhia entende que a sua estrutura atual para verificação da efetividade de suas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos, porém adota práticas de gerenciamento dos riscos de mercado as quais está exposta, isto é, em riscos de câmbio, de taxa de juros, de liquidez e de crédito.

Os controles internos exercidos pela Diretoria (supervisionada pelo Conselho de Administração), pelos Comitês Consultivos e pelas diversas áreas que compõem a estrutura da Companhia, contribuem para que os riscos a que a Companhia está exposta sejam mitigados e controlados.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

As práticas adotadas pela Companhia para monitoramento dos riscos de mercado possuem por objetivo evitar ou mitigar eventuais efeitos adversos nas suas atividades.

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, notadamente, os riscos de câmbio, de taxa de juros, de liquidez e de crédito.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Os compromissos futuros assumidos pela Companhia em moeda estrangeira implicam riscos de mercado associados às oscilações cambiais do Real em relação principalmente ao Dólar norte-americano e ao Euro.

Diante de suas parceiras internacionais para a comercialização de produtos, a Companhia ainda estará suscetível a riscos cambiais. Por isso, procura proteger-se, pois tal risco pode afetar a capacidade financeira da Companhia em completar seu projeto de investimentos bem como as operações de revenda de medicamentos. No caso de desvalorização do Real em relação às moedas estrangeiras nas quais os compromissos estão atrelados, a Companhia incorrerá em acréscimo monetário com relação a tais compromissos.

Dessa forma, a estratégia de proteção patrimonial utilizada pela Companhia consiste em manter operações de proteção cambial relacionado aos compromissos atrelados a moedas estrangeiras, por meio da expatriação dos recursos para conta corrente no exterior, em moeda estrangeira, para cumprir com parte dos compromissos, em conformidade com as regulamentações aplicáveis.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial consistem na expatriação dos recursos para conta corrente no exterior em moeda estrangeira, em conformidade com as regulamentações aplicáveis. A Companhia possui ativos em Dólar e Euro, aplicados no exterior, com a finalidade de prover proteção contra o risco cambial relacionado a parte das obrigações da Companhia em moeda estrangeira.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para fins especulativos.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros utilizados para o gerenciamento dos riscos de mercado a que a Companhia está exposta são:

- Riscos cambiais: O parâmetro utilizado para a administração desses riscos são os vencimentos das obrigações da Companhia que exigem desembolso e a previsão de desembolso de moeda estrangeira, descasamento das taxas, moedas e prazos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Riscos de liquidez: Avaliação constante dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas e investimentos, bem como o pagamento das dívidas.
- Riscos de crédito: Monitoramento constante da exposição da Companhia aos riscos de crédito, sendo que a exposição máxima consiste no valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e saldos com partes relacionadas.
- Risco de Taxa de Juros: A Companhia efetua análise de sensibilidade avaliando os impactos de variações as taxas pós fixadas com base em cenário econômico projetado para 12 meses.

A Companhia utiliza análise de sensibilidade para o gerenciamento dos riscos de mercado das suas posições. Essa metodologia consiste na construção de cenários extremos das variáveis de risco de mercado as quais a Companhia possa estar exposta para determinar o potencial impacto aos seus resultados em tais condições de mercado. Estes cenários são elaborados com base em movimentos históricos e em cenários econômico-financeiros projetados.

A Companhia informa que não possui limites (mínimo e máximo) de exposição permitidos em sua prática de hedge para os riscos de mercado identificado no item 4.2 deste Formulário de Referência, analisando a contratação caso a caso de forma a reduzir a exposição da Companhia a estes riscos.

(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Diretoria Financeira é responsável por examinar e revisar periodicamente as informações relacionadas ao gerenciamento de risco. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria supervisiona e gerencia os riscos de forma geral.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia. A Administração da Companhia entende que sua atual estrutura operacional permite identificar os riscos existentes além de monitorar a efetividade dos controles internos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos que objetivam monitorar seus processos operacionais e financeiros. A Companhia adota como prática a dupla checagem dos números, o que é feito tanto pelo departamento de contabilidade quanto pela controladoria. Os Diretores acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são eficazes e suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade.

Os controles internos relacionados à divulgação de informações financeiras da Companhia consistem em procedimentos elaborados para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM, e de acordo com as IFRS. Os controles internos também fornecem garantias de que o fluxo financeiro seja gerido de acordo com as autorizações da administração da Companhia.

Os controles internos para divulgação de informações financeiras incluem políticas e procedimentos que:

- Dizem respeito à manutenção de registros que refletem de maneira acurada e justa as transações e a disposição dos ativos da Companhia;
- Proveem segurança de que as informações financeiras da Companhia são registradas conforme o necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as melhores práticas contábeis vigentes, e que os gastos e despesas estão sendo realizados em conformidade com as autorizações da administração; e
- Proveem segurança com relação à prevenção ou detecção a tempo de aquisição não autorizada e uso ou disposição de ativos que poderiam gerar efeito material nas demonstrações financeiras.

Nesse sentido, a Companhia adota as seguintes principais atividades de controles internos, realizadas por áreas de atuação específica na Companhia:

- Financeiro: Responsável, dentre outras atividades, por conciliações bancárias diárias; elaboração de planilhas auxiliares de controles financeiros; aprovação de pagamentos mediante aprovação da Diretora Financeira; monitoramento da carteira de clientes; matriz de aprovação de limites de crédito;
- Controladoria: Responsável, dentre outras atividades, por acompanhamentos mensais de resultado Real X Orçado submetido à Diretoria e ao Comitê de Estratégia e atualização também mensal da projeção atualizada do orçamento (*forecast*);
- Contabilidade: Responsável, dentre outras atividades, pelo fechamento contábil mensal com prática de validação da escrituração contábil mediante documentos hábeis que condizem com os saldos de cada conta contábil, controles auxiliares sobre as contas contábeis mais relevantes, atividades de escrituração fiscal e contábil realizadas por colaboradores independentes, informações devidamente revisadas por superiores imediatos;
- Controle Patrimonial: Responsável, dentre outras atividades, pelo controle de identificação patrimonial; gerenciamento do patrimônio em sistema; realização de inventários patrimoniais anuais; controle do imobilizado em andamento devido sua atual relevância;
- Compras: Responsável, dentre outras atividades, pela matriz de aprovação de compras em alçadas pré-determinadas, de acordo com o Estatuto Social e o acordo de acionistas da Companhia, a qual requer obrigatoriamente a aprovação sistêmica da controladoria e do gestor da respectiva área e, conforme o valor envolvido, a aprovação da Diretora Financeira, Diretor Presidente e/ou Conselho de Administração; processo de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

avaliação e qualificação de fornecedores críticos; monitoramento dos processos por meio do indicador KPI (*Key Performance Indicator*);

- Vendas: Responsável, dentre outras atividades, pela matriz de aprovação do pedido de vendas.
- Compliance: Responsável, dentre outras atividades, pelo estabelecimento de políticas e mecanismos de controle relacionadas a transparência e integridade em todos os níveis da Companhia, bem como a realização de treinamentos iniciais e periódicos a todos os empregados (incluindo a alta administração) acerca dos princípios básicos de integridade e demais diretrizes ligadas a matéria anticorrupção ou fraude. A área de *Compliance* é atualmente estruturada junto ao Departamento Jurídico da Companhia e composta pelo *Compliance Officer* (Gerente Jurídico e de *Compliance*) e o Comitê de Ética.

Adicionalmente, no que tange aos controles relacionados à gestão de riscos de conformidade (*Compliance*), a Companhia possui Código Corporativo de Conduta e Ética ("Código de Conduta e Ética"), divulgado a todos a seus colaboradores, e mantém mecanismos internos de controle com foco em redução de riscos, segregando funções, incluindo o controle de estratégias de aprovação e travas sistêmicas. Vale ressaltar também a existência de Comitê de Ética, órgão colegiado consultivo e permanente de assessoramento e orientação à alta administração. Para mais informações, vide itens 5.1 e 5.4 deste Formulário de Referência.

A Companhia revisita periodicamente seus processos internos a fim de melhorar a eficiência de seus controles, contribuindo para o maior segurança nas aprovações de compras e despesas, bem como do registro contábil dentro do período de competência. Todos os riscos são monitorados de forma contínua pela administração da Companhia, e a Diretoria monitora e avalia constantemente a adequação das nossas práticas às nossas operações. Eventuais adaptações ou ajustes aos procedimentos de controles internos são realizados por nossos administradores à medida em que são julgados necessários. Embora não tenhamos uma política específica e formal de gerenciamento de riscos, acreditamos que nossa estrutura operacional e nossos controles internos são adequados para a verificação da efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos.

Atualmente a Companhia é auditada pela PricewaterhouseCoopers (PWC) Auditores Independentes, que elabora, anualmente, carta de recomendações sobre os controles internos da Companhia que é encaminhada à administração e ao Comitê de Auditoria.

O gerenciamento de risco e controles internos é igualmente assegurado por meio de outras políticas esparsas existentes, as quais foram avaliadas pelos auditores externos e são exercidas pela Diretoria e supervisionadas pelo Conselho de Administração, pelos Comitês Consultivos e pelas diversas áreas que compõem a estrutura da Companhia. Tais políticas auxiliam no controle e mitigação dos riscos a que a Companhia está exposta, e incluem, entre outras, Política de Gestão Contábil, Política de Contas a Pagar, Procedimento de Faturamento, Política de Contratação e Desligamento, Procedimento De Compras e Política de Qualificação e Avaliação de Fornecedores.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

Além das estruturas descritas no item 5.3.a. acima, nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Diretor Presidente e a Diretora Financeira são responsáveis, em conjunto, por elaborar as demonstrações financeiras da Companhia. Nesse sentido, estabelecem e mantêm, juntamente com o Conselho de Administração, controles internos que entendem adequados para a divulgação de informações financeiras.

O Diretor Presidente e a Diretoria Financeira contam com o suporte do Comitê de Auditoria, órgão não estatutário composto por até 5 membros eleitos pelo Conselho de Administração, administradores da Companhia ou não, cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizadas em 24 de fevereiro de 2016 (para maiores informações a respeito da atuação do Comitê de Auditoria, vide item 5.1 deste Formulário de Referência).

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Diretor Presidente e a Diretora Financeira são responsáveis, em conjunto, por elaborar as demonstrações financeiras da Companhia e, nesse sentido, monitoram os controles internos existentes para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, auxiliados pelo Comitê de Auditoria e pelas áreas Financeira, Controladoria, Contabilidade, Controle Patrimonial e Suprimentos.

Como parte do processo de supervisão dos controles internos, a Diretoria elabora para cada área existente no âmbito da Companhia um mapeamento dos procedimentos de suas principais atividades, a fim de estabelecer um padrão nas rotinas diárias de cada uma das áreas, assim como promover o registro das atividades mais complexas desenvolvidas por cada uma delas por meio da elaboração de fluxogramas.

Além disso, por possuir um trabalho de auditoria externa contratada, a Companhia é submetida a análise dos procedimentos de controle interno por seus auditores, que emitem um relatório anual com relação aos riscos identificados nos controles internos.

A revisão dos procedimentos internos é realizada a cada dois anos, adequando os controles existentes às novas demandas da Companhia.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes não reportaram quaisquer deficiências significativas aos controles internos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Foram citados somente pontos de recomendação classificados como não significativos.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os pontos mencionados pelos auditores, mesmo em se tratando somente de pontos considerados não significativos, já são objetos de plano de ação em andamento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui, como principal mecanismo de integridade, Código de Conduta e Ética, adotado desde 2017, em versão vigente datada de março de 2019 e que passa atualmente por nova revisão, com última versão aprovada em março de 2021. Ainda, responsável pelo exercício de funções voltadas à integridade corporativa está a área de Compliance, composta pelo Compliance Officer (Gerente Jurídico e de Compliance) e Comitê de Ética, estruturas que exercem suas atividades em estrita observância ao disposto no Código de Conduta e Ética.

O Código de Conduta e Ética contempla princípios, valores e diretrizes que devem guiar o comportamento de todos os stakeholders em suas relações internas e externas, para consolidar previsões específicas relativas, entre outros temas, a (i) prevenção à corrupção e a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo; (ii) conflito de interesses; (iii) trabalho infantil ou escravo; (iv) relações com profissionais de saúde, associações de pacientes; (v) relações com fornecedores e terceiros; (vi) boas práticas promocionais; (vi) concorrência desleal, normas antitruste e livre concorrência; (vii) relação com funcionários do governo; (viii) uso e administração de ativos e recursos; (ix) iniciativas filantrópicas; (x) prevenção contra o uso de informações privilegiadas, entre outros.

Especificamente quanto à prevenção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública, o Código de Conduta e Ética contém previsão expressa sobre a interação com funcionários do governo (item 5.3), com determinação de (i) regras específicas para reuniões com funcionários do governo, (ii) proibição de aceite e/ou oferecimento de presentes; propinas, comissões, favores especiais empréstimos, dinheiro, doações ou benefícios familiares aos mesmos; (iii) proibição para financiamento de viagens para funcionários do governo que sejam de caráter pessoal ou familiar; (iv) proibição de influência no processo de licitação ou ofertas públicas, bem como qualquer outro ato que tenha por objetivo induzir um funcionário do governo a abusar de sua posição ou a obter vantagem indevida que produza danos reputacionais, operacionais ou econômicos à Companhia.

O Código de Conduta e Ética prevê ainda práticas específicas de prevenção à corrupção e suborno, definidas e orientadas fortemente à proteção da imagem, reputação e integridade financeira da Companhia e ao combate à realização de negócios por meios impróprios. A Companhia possui também Procedimento de Representação Perante Terceiros, norma interna cujo objetivo é estabelecer critérios, limites e procedimentos para o custeio de verbas de representação, troca de cortesias, brindes e presentes.

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação brasileira e regulamentação aplicável, sendo que todas as decisões inerentes aos seus negócios são submetidas a prévia análise e deliberação pela Administração, conforme as competências estabelecidas no Estatuto Social.

Além do Código de Conduta e Ética supracitado, a Companhia adota outros controles internos e políticas que foram avaliadas pelos auditores externos e são executadas pela Diretoria e supervisionadas pelo Conselho de Administração, pelos comitês consultivos e pelas diversas áreas que compõem a estrutura da Companhia, possibilitando que os riscos a que está exposta sejam controlados e mitigados.

Todos os procedimentos existentes, inclusive o Código de Conduta e Ética, estão sujeitos à revisão na periodicidade bianual. A Companhia considera os procedimentos de integridade adotados adequados ao seu perfil e aos principais riscos aos quais está submetida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Compliance, composta pelo *Compliance Officer* (Gerente Jurídico e de Compliance) e Comitê de Ética, é responsável pelo desempenho das funções de compliance e integridade corporativa na Companhia, monitorado seu funcionamento e eficiência.

É responsabilidade do Compliance Officer, função atualmente exercida pelo Gerente Jurídico e de Compliance, assegurar o cumprimento pela organização das regras estabelecidas na legislação anticorrupção vigente, além de prover suporte técnico à Diretoria, bem como às diversas áreas da organização, na gestão de riscos de Compliance de modo a cumprir os objetivos principais do Programa de Integridade da Companhia. Dentre suas atribuições, estão:

Criar e implementar o efetivo programa de integridade e supervisionar todos os assuntos a ele relativos;

Reportar-se ao Comitê de Ética regularmente quanto aos assuntos a ele subordinados;

Liderar e participar de suas reuniões, desenvolver relatórios e documentar informações, levando ao conhecimento da alta direção, quando houver, acerca de eventuais situações de risco de Compliance da organização;

Coordenar recursos para assegurar a efetiva manutenção do programa de integridade;

Implementar e operar eficazmente o canal de denúncias, inclusive de denúncias anônimas, acessível a todos os colaboradores, voluntários, clientes e terceiros, bem como garantir a política de não retaliação e confidencialidade aos usuários;

Estabelecer e revisar políticas e procedimentos de Compliance;

Desenvolver programas de treinamento para todos os empregados, fornecedores e parceiros de negócios e trabalhar com os colaboradores e gestores para garantir que eles estejam cientes das leis e regulações concernentes às responsabilidades e ao agir ético;

Assegurar que os controles internos sejam capazes de prevenir e detectar atos ou padrões antiéticos, ilegais ou impróprios por qualquer colaborador, agente intermediário, diretor ou terceiro, entre outras previstas no Manual de Compliance.

O Comitê de Ética, por sua vez, é órgão colegiado de assessoramento e orientação à alta administração cuja criação, instalação e nomeação de membros foi aprovada por Deliberação da Presidência em 15 de abril de 2021. O Comitê de Ética, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração, reúne-se a cada dois meses ou em periodicidade menor, mediante necessidade, e é composto pelo Compliance Officer (Gerente Jurídico e de Compliance), Diretor Financeiro e *Head* de Gestão de Pessoas da Companhia. Destacam-se entre as suas atribuições:

avaliar e monitorar as exposições de risco de compliance da BIOMM, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos;

avaliar as ocorrências e denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias ou qualquer outro meio e aplicar sanções e as penalidades descritas no Código de Ética e Conduta e na legislação trabalhista, comunicando formalmente à alta administração, inclusive em casos envolvendo denúncias contra membros da Diretoria, devendo, nestes casos, reportar-se diretamente ao Conselho de Administração;

acompanhar funcionários, fornecedores e parceiros de negócios da BIOMM quanto ao cumprimento das normas de integridade corporativa, exigindo e zelando pela sua fiel execução;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

monitorar aspectos de ética e conduta, incluindo a efetividade do Código de Ética e Conduta e do Canal de Denúncias;

emitir recomendações sobre situações de potencial conflito de interesse sempre que julgar necessário ou mediante solicitação da alta administração;

submeter à alta administração suas recomendações sobre questões de sua competência e reportar suas atividades periodicamente;

revisar periodicamente e recomendar eventuais alterações ao Código de Ética e de Conduta da BIOMM; e

aprovar as políticas e demais normas internas de integridade da BIOMM.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

Conforme disposto no item 5.4.a.i acima, a Companhia possui um Código de Conduta e Ética, revisado bianualmente, que traz dentre seus princípios norteadores o exercício das atividades com ética, transparência, impessoalidade e veracidade. O Código de Conduta e Ética é aplicável a todas as pessoas com vinculação direta, permanente ou temporária à Companhia, incluindo a alta administração, independentemente de hierarquia, cargo ou função, bem como a todos os que desenvolvem atividades para a Companhia ou em seu nome.

se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;

A Companhia realiza treinamentos iniciais e periódicos a todos os seus empregados e administradores acerca dos preceitos estabelecidos pelo Código de Conduta e Ética e demais políticas e procedimentos internos de integridade. Tais treinamentos tem o objetivo de aculturar e sedimentar os princípios e processos de Compliance.

as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e

O não cumprimento do Código de Conduta e Ética ou das normas de integridade aplicáveis levará à aplicação de medidas disciplinares previstas no próprio Código de Conduta e Ética e detalhadas em procedimento administrativo.

Para empregados da Companhia, as sanções aplicáveis incluem (i) advertência verbal; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão por tempo indeterminado; e (iv) desligamento da Companhia, com ou sem justa causa. Para terceiros com os quais a Companhia mantém relacionamento, as sanções incluem a notificação sobre o descumprimento de obrigação contratual ou a rescisão do contrato vigente com a Companhia.

Cabe ao Comitê de Ética a aplicação de sanções previstas no Código de Conduta e Ética, no que poderá ser auxiliado pelos departamentos Jurídico e de Recursos Humanos.

órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta e Ética da Companhia encontra-se vigente e plenamente válido, tendo sido aprovado pelo Diretor Presidente da Companhia em 20 de dezembro de 2018.

O Código de Conduta e Ética da Companhia é divulgado internamente encontrando-se também disponível para consulta na rede mundial de computadores, no site da Companhia (<https://biomm.com/compliance>).

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;

A Companhia conta com canal de denúncias externo ("Canal de Denúncias"), regido por procedimentos bem definidos para recebimento, direcionamento e apuração de potenciais violações às leis e regulamentos vigentes, bem como situações de infração ao Código de Conduta e Ética. O Canal de Denúncias pode ser acessado por diversas vias:

E-mail: biomm@compliance-office.com;

Telefone gratuito: 0800.878.2472;

Acesso direto à plataforma da operadora do canal: www.compliance-office.com/biomm; e

Via física para o seguinte endereço: VIA ÉTICA – Biomm | Número do Relato | Rua Itapeva, 574, Cj. 51a, Bela Vista, CEP 01330- 000, São Paulo – SP.

se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;

O Canal de Denúncias é disponibilizado tanto para empregados da Companhia como para terceiros.

se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e

A Companhia garante o anonimato dos denunciantes, que não precisam se identificar para utilizar o Canal de Denúncias. Todas as denúncias recebidas são investigadas de forma confidencial e responsável, garantindo assim que não haja consequências negativas à integridade ou reputação de um indivíduo, organização ou grupo social. A Companhia garante em seu Código de Conduta e Ética que não haverá retaliação a qualquer pessoa que, de boa-fé, realize uma denúncia por descumprimento ou suspeita de descumprimento de suas disposições.

órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Violações ao Código de Conduta e Ética serão analisadas pelo Comitê de Ética e pela Diretoria, as medidas apropriadas serão indicadas para cada caso, de acordo com a legislação vigente, e a gravidade da violação.

Nos termos do Regimento Interno do Comitê de Ética, relatos e denúncias deverão ser informados à alta direção da Companhia, ao Compliance Officer, aos membros do Comitê de Ética e ao responsável jurídico da Companhia. O Secretário do Comitê de Ética será responsável pelo tratamento de denúncias e determinará o curso adequado de apuração e/ou investigação, que se darão de forma sigilosa e confidencial. Caso membros do Comitê de Ética estejam envolvidos em relatos ou denúncias, serão impedidos de participar de quaisquer atos relacionados à apuração, devendo ser substituídos por outro membro apto a atuar de forma isenta e imparcial.

No exercício de suas atividades de apuração de denúncias, o Comitê de Ética poderá ser auxiliado pelos departamentos Jurídico e de Recursos Humanos.

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Não aplicável, visto que a Companhia não participou de processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias nos últimos cinco anos.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, consideradas as informações fornecidas neste item 5.4.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve, no último exercício social, alteração significativa nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC e pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para (i) os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Para informações a respeito dos efeitos da pandemia da COVID-19 nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia iniciou suas vendas em novembro de 2019 com a comercialização do medicamento oncológico Herzuma, usado no tratamento de câncer de mama, sendo este o início de suas operações comerciais. O ano de 2020 marca a entrada da Companhia no mercado de diabetes brasileiro, com a comercialização do Wosulin, insulina humana, e do Afrezza, insulina inalável. Já em 2021, a Companhia expande sua participação no mercado de diabetes, com o início da comercialização e distribuição do Glargilin, insulina glargina, e marca a entrada da Biommm no mercado de antitrombótico, com a comercialização do Ghemaxan.

Considerando o aumento de capital privado no valor aproximado de R\$ 80 milhões concluído em fevereiro de 2022 e seu plano operacional projetado para o ano corrente, os Diretores da Companhia entendem que as condições financeiras e patrimoniais são suficientes para cumprir com as suas obrigações de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total foi de 2,3% (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). No mesmo período, o capital circulante líquido (representado pelo passivo circulante menos o ativo circulante) foi de R\$63.056 mil, a posição de disponibilidades de curto prazo era de R\$55.136 mil, a dívida líquida financeira totalizava R\$120.278 mil, com um índice de dívida líquida financeira sobre o patrimônio líquido de R\$55.136 mil.

O índice de endividamento (representado pelo passivo circulante e não circulante dividido pelo patrimônio) foi de 1,3% em 31 de dezembro de 2020. O capital circulante líquido (representado pelo passivo circulante menos o ativo circulante) foi positivo em R\$134.624 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$87.279 mil em 31 de dezembro de 2019. A posição de disponibilidades de curto prazo (representadas pela soma de caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários no exterior

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e aplicações financeiras) era de R\$55.136 mil em 31 de dezembro de 2021, R\$142.091 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$104.668 mil em 31 de dezembro de 2019.

O índice de endividamento financeiro líquido (representado pelo passivo circulante e não circulante dividido pelo patrimônio) foi de 2,3% em 31 de dezembro de 2021, 1,3% em 31 de dezembro de 2020 e 1,5% em 31 de dezembro de 2019.

Indicadores Financeiros

Indicadores financeiros (em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Ativo circulante	141.785	200.896	148.074
Passivo circulante	78.729	66.272	60.795
Liquidez Corrente	1,8	3,0	2,4

Índices de Liquidez	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Liquidez Geral			
(Ativo Total/Passivo Total)	1,4	1,8	1,7
Índice de Endividamento Financeiro			
(Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido)	2,3	1,3	1,5

A liquidez corrente é calculada através da divisão do ativo circulante com passivo circulante. A variação deste índice entre os exercícios encerrados 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, deve-se a utilização de recursos, recebidos em 18 de dezembro de 2020 mediante integralização de capital no montante de R\$107.281 mil, para custear a operação da Companhia.

(b) Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia apresentou estrutura de capital adequada entre capital próprio e de terceiros e condizente com seu atual estágio, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	258.245	243.491	235.214
Capital próprio (patrimônio líquido)	111.586	191.479	153.557
Capital total (terceiros + próprio)	369.831	434.970	388.771
Parcela de capital de terceiros	69,83%	55,98%	60,50%
Parcela de capital próprio	30,17%	44,02%	39,50%

O aumento da parcela de capital próprio e a queda da parcela de terceiros entre os anos de 2019 e 2020 se deu pela emissão de novas ações no exercício social de 2019 no valor de R\$101.096 mil e no exercício social de 2020 no valor de R\$107.938 mil. A queda em 2021 da parcela de capital próprio se deve ao fato que diferentemente dos exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não incorreu em aumento de capital durante o exercício mediante integralização de acionistas. O aumento de capital aprovado em 25 de novembro de 2021, foi concluído e homologado em 1º de fevereiro de 2022.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Visto o aumento de capital concluído em 1º de fevereiro de 2022, a Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com os compromissos de curto prazo assumidos, considerando que mantém capital circulante líquido positivo, bem como o índice de endividamento geral que demonstra que a Companhia não é uma companhia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

endividada. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía aproximadamente R\$205.787 mil de empréstimos e financiamentos tomados.

O capital circulante líquido (CCL) foi positivo em R\$63.056 mil em 31 de dezembro de 2021, R\$134.624 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$87.279 mil em 31 de dezembro de 2019, e o índice de liquidez corrente foi de 1,80 em 31 de dezembro de 2021, 3,03 em 31 de dezembro de 2020 e 2,44 em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia possuía R\$184.145 mil de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, junto a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2021, R\$188.322 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$155.591 mil em 31 de dezembro de 2019, sendo R\$50.075 mil em 31 de dezembro de 2021, R\$43.608 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$12.786 mil em 31 de dezembro de 2019 de curto prazo (circulante) e R\$134.070 mil em 31 de dezembro de 2021, R\$144.714 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$142.805 mil em 31 de dezembro de 2019 de longo prazo (não circulante). Por sua vez, a disponibilidade no curto prazo que resume nas linhas de caixa e equivalentes de caixa, depósitos no exterior e aplicações financeiras da Companhia somavam R\$55.136 mil em 31 de dezembro de 2021, R\$142.091 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$104.668 mil em 31 de dezembro de 2019.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia dispunha de contratos de financiamento cujo desembolso não havia sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia utilizou capital de terceiros e próprio para honrar os compromissos para a construção da fábrica em Nova Lima (MG) e para registros de marcas e patentes, conforme demonstrado no item 10.1.b acima. A evolução dos financiamentos nos últimos três exercícios sociais está demonstrada no item 10.1(f). No que se refere a capital de giro, foram financiados predominantemente por capital próprio da Companhia, através das capitalizações privadas feitas.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para capital de giro ou investimento, a Companhia poderá vir a captar recursos por meio de operações de dívida (nacionais ou estrangeiros) em bancos de primeira linha ou de capital.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritos os principais contratos financeiros da Companhia e as características de cada um.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento total da Companhia (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante) atingiu o montante total de R\$ 184.145 mil, representando uma redução de 2% em seu endividamento total quando comparado com 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento total da Companhia atingiu o montante total de R\$ 188.322 mil, representando um aumento de 21% em seu endividamento total quando comparado com o endividamento total em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento total da Companhia atingiu o montante total de R\$ 155.591 mil, representando um aumento de 6% em seu endividamento total quando comparado com o endividamento total em 31 de dezembro de 2018.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo resume as principais condições dos contratos de empréstimo e financiamentos celebrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Modalidade	Instituição financeira	Garantia	Vencimento	Taxa de Juros (*)	Saldo consolidado em 31/12/2021 (Em milhares de reais)
Empréstimo de longo prazo	BNDES	Fiança, hipoteca e alienação fiduciária	2027	TLP + 3,39%	62.079
Empréstimo de longo prazo	BDMG FINEM	Fiança, hipoteca e alienação fiduciária	2027	TLP + 4,05%	18.358
Empréstimo de longo prazo	BDMG FAPEMIG	Fiança, hipoteca e alienação fiduciária	2027	5,32%	24.529
Empréstimo de longo prazo	FINEP	Fiança, Hipoteca e alienação fiduciária	2027	TJLP	50.108
Empréstimo de curto prazo	SAFRA (**)	Carta de crédito Standby, recebíveis e aplicações	2022(***)	2,89%	30.417
Total					185.491

(*) A taxa de juros informada refere-se a data base de 31 de dezembro de 2021.

(**) Captação de recursos, aparada pela lei 4131, visando o alongamento de dívida em moeda estrangeira.

(***) Empréstimo renegociado em março de 2022 com alongamento do prazo para 2023, conforme item 3.3 do Formulário de Referência.

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia firmou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), o Contrato de Financiamento de nº 13.20416.1, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$62.079 mil. A dívida tem vencimento final em outubro de 2027 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivos de TLP + 3,39%.

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia firmou junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o Contrato de Financiamento de nº 171.398/13, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$18.358 mil. A dívida tem vencimento final em outubro de 2027 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivos de TLP + 4,05%.

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia firmou junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), com a interveniência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), o Contrato de Financiamento de nº 171.399/13, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$24.529 mil. A dívida tem vencimento final em outubro de 2027 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivos de 5,32%.

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia firmou junto ao Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Contrato de Financiamento de nº 02.13.0232.00, com saldo devedor em aberto, em 30 de setembro de 2021, de R\$50.279 mil. A dívida tem vencimento final em outubro de 2027 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivos de TJLP.

Em 05 de março de 2021, a Companhia captou US\$5.300 mil junto ao Banco Safra por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) amparada pela Lei 4.131, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$30.417 mil. A dívida tem vencimento final em 02 de setembro de 2022 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros de 2,89% a.a. A dívida foi renegociada em março de 2022 com alongamento do prazo para 2023.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não mantém outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia esclarece que, durante os três últimos exercícios sociais, não existiu grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contem com garantia real, bem como sobre os demais credores quirografários.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento total (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulante) consolidado somavam R\$184.145 mil, dos quais R\$50.075 mil tem vencimento a partir de 2022. A tabela a seguir demonstra o saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Instituição financeira	Data da captação	Vencimento final	Valor captado 31/12/2021	Juros anuais (*)	Em 31 de dezembro de		
					2021	2020	2019
BNDES	23/01/2014	2027	70.395	TLP + 3,39%	62.079	60.765	57.980
BDMG FINEM	23/09/2016	2027	21.000	TLP + 4,05%	18.358	21.868	20.487
BDMG FAPEMIG	23/01/2014	2027	30.000	5,32%	24.529	28.734	27.995
FINEP	14/03/2014	2027	54.129	TJLP	50.108	50.630	50.817
SAFRA (**)	05/03/2021	2022	30.263	2,89%	30.417	-	-
SANTANDER (**)	27/02/2020	2021	-	1,92%	-	27.719	-
Custos de captação					(1.346)	(1.394)	(1.688)
TOTAL			205.787		184.145	188.322	155.591

(*) A taxa de juros informada refere-se a data base de 31 de dezembro de 2021

(**) Captação de recursos, amparado pela Lei 4.131, visando o alongamento da dívida em moeda estrangeira.

(i) Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 73.557 mil. No dia 12 de dezembro de 2019 foram celebrados os termos aditivos referentes a: (i) Contrato de Financiamento de nº13.20416.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Companhia, no qual foram estabelecidas as condições de amortização de principal e juros, que se dará mensalmente a cada dia 15, de juros, onde ficou estabelecido que sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,39% acrescido da TLP e também o alongamento da dívida que terá vencimento final em 2027 (ii) contratos de Financiamentos de nº171.398/13 entre o BDMG e a Companhia, 171.399/13 entre FAPEMIG e a Companhia e 02.13.0232.00 entre FINEP e a Companhia, nos quais foram renegociados os compartilhamentos de garantias hipotecárias e de propriedade fiduciárias, definindo-se um percentual fixo para cada ente propondo um rebalanceamento das Garantias. Em 5 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a celebração de termos aditivos aos contratos de financiamentos que a Companhia possui junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A por meio dos quais foram negociadas as suspensões temporárias de pagamento das parcelas do principal e dos juros remuneratórios ("standstill"), por um período de 6 (seis) meses, sem alteração do termo final do prazo de amortização e da taxa de juros dos referidos financiamentos.

(ii) Contrato de Financiamento celebrado com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Contrato de Financiamento celebrado com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de até R\$ 70.438, por Escritura Pública, de acordo com os termos e condições previstos nos respectivos instrumentos. Sobre o principal da dívida incidirão, pro rata tempore, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% (cinco por cento) ao ano a título de SPREAD, reduzidos por EQUALIZAÇÃO equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano. O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago à FINEP em 97 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. Durante o período de carência de 48 meses, que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do Contrato e a de vencimento da primeira parcela de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

amortização, serão cobrados os encargos acima referidos. O montante de juros será apurado e exigido mensalmente, durante o prazo de carência, vencendo todo dia 15. Durante o período de amortização, o montante de juros acima referido, será exigido juntamente com as prestações do principal e no vencimento ou na liquidação do contrato. Em RCA realizada em 09/08/2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura de Termo Aditivo 2 FINEP, no qual foram alteradas as condições para o desembolso dos recursos e as garantias. Em RCA realizada em 02/08/2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura de Termo Aditivo 3 FINEP, que tem como objeto constituir garantias ao Contrato nº 02.13.0232.00 acrescentando-se o item a Cláusula Décima Quarta, segunda hipoteca, em favor de Finep. Em RCA realizada em 09/05/2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do 4º Termo aditivo ao Contrato de Financiamento nº 02.13.0232.00 no qual, foi repactuado o período de amortização e de vencimento deste contrato em 24 meses. No dia 12 de dezembro de 2019 foram celebrados os termos aditivos referentes a: (i) Contrato de Financiamento de nº13.20416.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Companhia, no qual foram estabelecidas novas condições de amortização do principal da dívida, carência e juros, permitindo um alongamento da dívida; (ii) contratos de Financiamentos de nº171.398/13 entre o BDMG e a Companhia, 171.399/13 entre FAPEMIG e a Companhia e 02.13.0232.00 entre FINEP e a Companhia, nos quais foram renegociados os compartilhamentos de garantias hipotecárias e de propriedade fiduciárias, definindo-se um percentual fixo para cada ente propondo um rebalanceamento das Garantias.

(iii) Contrato de Financiamento mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES

Contrato de Financiamento mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, celebrado com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, no valor de R\$26.103. No dia 12 de dezembro de 2019 foram celebrados os termos aditivos referentes a: (i) Contrato de Financiamento de nº13.20416.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Companhia, no qual foram estabelecidas as condições de amortização de principal e juros, que se dará mensalmente no dia 15, de juros, onde ficou estabelecido que sobre o principal da dívida incidirão juros de 4,05% acrescido da TLP e também o alongamento da dívida que terá vencimento final em 2027; (ii) contratos de Financiamentos de nº171.398/13 entre o BDMG e a Companhia, 171.399/13 entre FAPEMIG e a Companhia e 02.13.0232.00 entre FINEP e a Companhia, nos quais foram renegociados os compartilhamentos de garantias hipotecárias e de propriedade fiduciárias, definindo-se um percentual fixo para cada ente propondo um rebalanceamento das Garantias. Em 5 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a celebração de termos aditivos aos contratos de financiamentos que a Companhia possui junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A por meio dos quais foram negociadas as suspensões temporárias de pagamento das parcelas do principal e dos juros remuneratórios ("standstill"), por um período de 6 (seis) meses, sem alteração do termo final do prazo de amortização e da taxa de juros dos referidos financiamentos.

(iv) Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG

Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, no valor de R\$30.000, celebrado com o BDMG na qualidade de mandatário da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Em RCA realizada em 11/11/2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do Termo Aditivo 2 BDMG no qual foi alterado a finalidade do projeto passando a ser: implantação de uma unidade industrial biofarmacêutica em Nova Lima - MG, para produção de cristais de insulina humana recombinante, utilizando tecnologia própria, no âmbito do Programa MINAS ESTRUTURADOR. Em consequência desta alteração, os juros incidentes foram alterados para 5,32 (cinco vírgula trinta e dois por cento) ao ano, calculados por dias corridos, a partir da presente data, com base na taxa equivalente diária (365 ou 366 dias). Em RCA realizada em 25/08/2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Termo Aditivo 3 BDMG houve a alteração da vigência da Carta de Fiança, sendo emitida pelo prazo mínimo de 12 meses, devendo ser obrigatoriamente substituída até o 15º dia anterior ao do termo final do prazo de sua vigência, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Em RCA realizada em 09/05/2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do 4º Termo aditivo ao Contrato BDMG/BF nº 171.399/13 no qual, foi pactuado a suspensão do pagamento das parcelas de principal do Contrato, sem a incidência de encargos moratórios e com a manutenção da exigibilidade das parcelas de juros compensatórios, mensalmente, entre os períodos de 15 de maio de 2018, retomando-se, a partir de 15 de dezembro de 2018. . No dia 4 de junho de 2019 foram registrados em cartório os termos aditivos datados de 19 de março de 2019 referentes aos Contratos de Financiamentos de nº 171.398/13 celebrado entre o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e a Companhia e o contrato de nº 171.399/13 celebrado entre o BDMG, com a interveniência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e a Companhia. Foram negociadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

novas condições de amortização do principal da dívida, carência e juros, permitindo o alongamento da dívida. No dia 12 de dezembro de 2019 foram celebrados os termos aditivos referentes a: (i) Contrato de Financiamento de nº13.20416.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Companhia, no qual foram estabelecidas novas condições de amortização do principal da dívida, carência e juros, permitindo um alongamento da dívida; (ii) contratos de Financiamentos de nº171.398/13 entre o BDMG e a Companhia, 171.399/13 entre FAPEMIG e a Companhia e 02.13.0232.00 entre FINEP e a Companhia, nos quais foram renegociados os compartilhamentos de garantias hipotecárias e de propriedade fiduciárias, definindo-se um percentual fixo para cada ente propondo um rebalanceamento das Garantias. Em 5 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a celebração de termos aditivos aos contratos de financiamentos que a Companhia possui junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A por meio dos quais foram negociadas as suspensões temporárias de pagamento das parcelas do principal e dos juros remuneratórios ("standstill"), por um período de 6 (seis) meses, sem alteração do termo final do prazo de amortização e da taxa de juros dos referidos financiamentos.

(v) *Cédula de Crédito Bancário Safra*

Cédula de Crédito Bancário Safra: No dia 05 de março de 2021, a Companhia captou US\$5.300 mil por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) amparada pela Lei nº 4.131. A Companhia segue sua estratégia de captação de recursos em linha da sua política de financiamentos de suas operações e proteção cambial. A dívida tem vencimento final em 02 de setembro de 2022 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros de 2,89% a.a. A dívida foi renegociada em março de 2022 com alongamento do prazo para 2023.

A Administração da Companhia gerencia seu fluxo de caixa de acordo com suas disponibilidades versus seus compromissos, buscando constantemente maior eficiência nesta gestão e mantendo seus recursos aplicados no mercado financeiro de forma conservadora e em instituições de primeira linha.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de utilização dos financiamentos contratados e os percentuais já utilizados até 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados no quadro abaixo:

Instituição financeira	Total	Valor captado	% Utilizado
BNDES	73.557	70.395	96%
BDMG – FINEM	26.103	21.000	80%
BDMG – FAPEMIG	30.000	30.000	100%
FINEP	70.438	54.129	77%
SAFRA	30.263	30.263	100%
TOTAL	230.361	205.787	87%

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Receita operacional líquida	107.090	100%	58.668	100%	83%
Custos de revenda de mercadorias e serviços prestados	(80.156)	-75%	(44.732)	-76%	79%
Lucro bruto	26.934	25%	13.936	24%	93%
Receitas (despesas) operacionais	(92.583)	-86%	(69.374)	-118%	33%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(65.649)	-61%	(55.438)	-94%	18%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(14.137)	-13%	(15.266)	-26%	-7%
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(79.786)	-75%	(70.704)	-121%	13%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(475)	0%	(63)	0%	654%
Prejuízo do período	(80.261)	-75%	(70.767)	-121%	13%
EBITDA (AV)	(54.025)	-50%	(44.945)	-77%	20%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$107.090 mil comparativamente a R\$58.668 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$48.422 mil ou 83%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do portfólio de produtos e incremento de *market share* da Companhia. Vale lembrar que, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia operava com vendas do Herzuma, Afrezza e Wosulin, e em 2021 a Companhia contou com as vendas dos mesmos medicamentos já presentes no portfólio em 2020 e ampliou seu portfólio com o início da comercialização do Glargilin (iniciada em março de 2021) e Ghemaxan (iniciada em de abril de 2021).

Custo de revenda de mercadorias e serviços prestados

Custo de revenda de mercadorias e serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$80.156 mil, comparativamente a R\$44.732 mil no exercício de 2020, o que representou um aumento de R\$35.424 mil, ou 79%. Este aumento está diretamente ligado ao aumento do volume das vendas no ano de 2021 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Há de se destacar que o aumento do câmbio (valorização do dólar estadunidense frente ao real) também contribuiu para o aumento do custo dos produtos vendidos.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$26.934 mil comparativamente a R\$13.936 mil no mesmo período de 2020, representando 25% e 24% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$12.998 mil ou 52% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020. Este incremento é resultado da ampliação do portfólio de medicamentos da Companhia.

Receitas (despesas) operacionais

Receitas (despesas) operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 de uma despesa operacional líquida de R\$92.583 mil comparativamente a uma despesa operacional líquida de R\$69.374 mil no mesmo período de 2020, representando 86% e 118% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$23.209 mil ou 33% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020. Este incremento está ligado principalmente aos gastos de comercialização e distribuição, incluindo também gastos com pessoal das áreas de vendas, distribuição, área técnica e gastos com marketing e propaganda, visto o *ramp up* comercial e operacional e despesas ligadas a validação da planta fabril de Nova Lima, MG

Receitas (despesas) financeiras líquidas

Receitas (despesas) financeiras líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram despesas de R\$14.137 mil comparativamente a uma despesa de R\$15.266 mil no mesmo período de 2020, representando 13% e 26% da receita operacional líquida, respectivamente, o que significou uma queda de R\$1.129 mil ou 7% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020. A variação do resultado financeiro no exercício de 2021 em comparação ao ano de 2020 se deve substancialmente à oscilação do câmbio, impactando positivamente o resultado de variação cambial no período quando comparado ao mesmo período do ano anterior, parcialmente compensado pelo ao aumento das despesas com juros de empréstimos em 2021 devido a variação de IPCA e TLP.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado antes dos impostos sobre o lucro

A Companhia teve um aumento no lucro bruto no exercício de 2021, com um mix de produtos maior do que o ano anterior. Os investimentos em A&P necessários para fazer frente ao incremento das operações da Companhia, contribuíram para o aumento de despesas operacionais e consequentemente impactaram na variação do Resultado antes dos impostos sobre o lucro. O Resultado antes dos impostos sobre o lucro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de uma despesa de R\$80.261 mil comparativamente a R\$70.767 mil no mesmo período de 2020, representando 75% e 121% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$9.494 mil ou 13% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das receitas (despesas) operacionais de 33% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de uma despesa de R\$475 mil comparativamente a uma despesa de R\$63 mil no mesmo período de 2020, representando 0,4% e 0,1% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou uma redução de R\$412 mil ou 654% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020. Esta variação é atribuída substancialmente aos efeitos tributários sobre as variações cambiais não realizadas do exercício.

Prejuízo do período

O Prejuízo do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$80.261 mil comparativamente a R\$70.767 mil no mesmo período de 2020, representando 75% e 121% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$9.494 mil ou 13% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das despesas operacionais em 33% e da redução do resultado financeiro de -7%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação ao mesmo exercício de 2020.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2020	AV	2019	AV	AH
Receita operacional líquida	58.668	100%	8.944	100%	556%
Custos de revenda de mercadorias e serviços prestados	(44.732)	-76%	(8.423)	-94%	431%
Lucro bruto	13.936	24%	521	6%	2.575%
Receitas (despesas) operacionais	(69.509)	-118%	(53.131)	-594%	31%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(55.573)	-95%	(52.610)	-588%	6%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(15.131)	-26%	(3.164)	-35%	378%
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(70.704)	-121%	(55.774)	-624%	27%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(63)	0%	(38)	0%	66%
Prejuízo do exercício	(70.767)	-121%	(55.812)	-624%	27%
EBITDA (AV)	(45.080)	-77%	(47.994)	-537%	-6%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$58.668 mil comparativamente a R\$8.944 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$49.724 mil ou 556%. Esse significativo aumento se deve ao início da comercialização de medicamentos da Companhia a partir de novembro de 2019, com o início das vendas do Herzuma, medicamento oncológico usado no tratamento do câncer de mama. Em 2020, além de a Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ter doze meses completos de venda do medicamento Herzuma, a Companhia ampliou seu portfólio com o início da comercialização da Afrezza (insulina inalável) e Wosulin (insulina humana), em janeiro e abril de 2020, respectivamente.

Custo de revenda de mercadorias e serviços prestados

Custo de revenda de mercadorias e serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$44.732 mil, comparativamente a R\$8.423 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$36.309 mil, ou 431%, e está diretamente ligado ao aumento do volume das vendas em 2020 comparado com o ano anterior, conforme comentado na variação da Receita operacional líquida acima.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$13.936 mil comparativamente a R\$521 mil no mesmo período de 2019, representando 24% e 6% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$13.415 mil ou 2.575% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019. Este aumento é atribuído diretamente ao aumento no volume das vendas conforme comentado na variação da Receita operacional líquida.

Receitas (despesas) operacionais

Receitas (despesas) operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 de uma despesa operacional líquida de R\$69.509 mil comparativamente a uma despesa operacional líquida de R\$53.131 mil no mesmo período de 2019, representando 118% e 594% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$16.378 mil ou 118% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019. Este aumento está ligado à (i) implantação da força de vendas da área de oncologia no final do ano anterior e ao incremento da operação de comercialização e distribuição da Companhia, com investimento em marketing e propaganda relacionado aos produtos comercializados; (ii) contratação de serviços relacionados a assuntos regulatórios, incluindo farmacovigilância; e (iii) amortização de marcas e licenças, visto o início da comercialização de medicamentos no final do ano anterior.

Receitas (despesas) financeiras líquidas

Receitas (despesas) financeiras líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de uma despesa de R\$15.131 mil comparativamente a uma despesa de R\$3.164 mil no mesmo período de 2019, representando 26% e 35% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$11.967 mil ou 378% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019. Este aumento é atribuído substancialmente à desvalorização de cerca 30% do real frente ao dólar, o que levou a um resultado financeiro negativo, bem como o aumento de juros com a contratação de empréstimo em moeda estrangeira, junto ao Banco Santander, nos moldes da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962 ("Lei 4.131"), o qual foi rolando para o Banco Safra, conforme descrito na tabela do item 10.1 (f) acima.

Resultado antes dos impostos sobre o lucro

O Resultado antes dos impostos sobre o lucro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de uma despesa de R\$70.704 mil comparativamente a R\$55.774 mil no mesmo período de 2019, representando 121% e 624% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$14.930 mil ou 27% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das despesas operacionais de 31% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de uma despesa de R\$63 mil comparativamente a uma despesa de R\$38 mil no mesmo período de 2019, representando 0% e 0% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou uma redução de R\$25 mil ou 66% no exercício social findo em 31

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de dezembro de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019. Esta variação é atribuída substancialmente aos efeitos tributários sobre as variações cambiais no período que resultou em uma provisão de impostos diferidos.

Prejuízo do exercício

O Prejuízo do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$70.767 mil comparativamente a R\$55.812 mil no mesmo período de 2019, representando 121% e 624% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$14.955 mil ou 27% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das despesas operacionais e do resultado financeiro de 31% e 378%, respectivamente, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2019	AV	2018	AV	AH
Receita operacional líquida	8.944	100%	1.566	100%	471%
Custos de revenda de mercadorias e serviços prestados	(8.423)	-94%	(1.321)	-84%	538%
Lucro bruto	521	6%	245	16%	113%
Despesas gerais e administrativas	(32.195)	-360%	(32.604)	-2082%	-1%
Outras despesas e/ou receitas	(20.936)	-234%	(4.315)	-276%	385%
Receitas (despesas) operacionais	(53.131)	-594%	(36.919)	-2358%	44%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(52.610)	-588%	(36.674)	-2342%	43%
Receitas financeiras	18.857	211%	13.425	857%	40%
Despesas financeiras	(22.021)	246%	(19.280)	-1231%	14%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(3.164)	-35%	(5.855)	-374%	-46%
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(55.774)	-624%	(42.529)	-2716%	31%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(38)	0%	(33)	-2%	15%
Prejuízo do exercício	(55.812)	-624%	(42.562)	-2718%	31%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$8.944 mil comparativamente a R\$1.566 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$7.378 mil ou 471%. Este aumento é atribuído substancialmente ao início das vendas de medicamentos em novembro de 2019. Ainda, houve continuidade na prestação de serviços de estudos clínicos iniciados no ano de 2018, no valor de R\$2.463 mil, o que contribuiu para este aumento.

Custo de vendas de mercadorias e serviços prestados

O Custo de vendas de mercadorias e serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$8.423 mil, comparativamente a R\$1.321 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$7.102 mil, ou 538%, devido ao início das vendas de medicamentos em novembro de 2019 e a continuidade na prestação de serviços de estudos clínicos iniciados no ano de 2018.

Lucro bruto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$521 mil comparativamente a R\$245 mil no mesmo período de 2018, representando 6% e 16% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$276 mil ou 113% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018. Este aumento é atribuído substancialmente ao início da venda de medicamentos em novembro de 2019.

Receitas (despesas) operacionais

Receitas (despesas) operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de uma despesa operacional líquida de R\$53.131 mil comparativamente a uma despesa operacional líquida de R\$36.919 mil no mesmo período de 2018, representando 594% e 2.358% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$16.212 mil ou 44% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018. Esta variação está ligada a estruturação da Companhia para início de suas operações de comercialização e distribuição, incluindo, entre outros, contratação de força de vendas em oncologia e despesas para melhor estruturação de suas operações.

Receitas (despesas) financeiras líquidas

Receitas (despesas) financeiras líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de uma despesa de R\$3.164 mil comparativamente a uma despesa de R\$5.855 mil no mesmo período de 2018, representando 35% e 374% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou uma redução de R\$2.691 mil ou 46% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018. Esta redução é atribuída substancialmente ao resultado líquido de variação cambial que em 2019 auferiu em receitas financeiras no montante de R\$5.399 mil, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 incorreu em despesas financeiras no montante de R\$300 mil.

Resultado antes dos impostos sobre o lucro

Resultado antes dos impostos sobre o lucro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de uma despesa de R\$55.774 mil comparativamente a uma despesa de R\$42.529 mil no mesmo período de 2018, representando 624% e 2.716% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$13.245 mil ou 31% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das despesas operacionais em 2019 em comparação ao ano de 2018 conforme descrito acima.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de uma despesa de R\$38 mil comparativamente a uma despesa de R\$33 mil no mesmo período de 2018, representando 0% e 2% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$5 mil ou 2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos tributários sobre as variações cambiais no período que resultou em uma provisão de impostos diferidos.

Prejuízo do exercício

Prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$55.812 mil comparativamente a R\$42.562 mil no mesmo período de 2018, representando 624% e 2.718% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$13.250 mil ou 31% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das despesas operacionais em 2019 em comparação ao exercício de 2018 conforme descrito acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2021 x 2020	2020 x 2019
ATIVO								
Circulante	141.785	38%	200.896	46%	148.074	38%	-29%	36%
Caixa e equivalente de caixa e depósitos no exterior	31.369	8%	57.403	13%	30.075	8%	-45%	91%
226016%-73%Aplicações financeiras	23.767	6%	84.688	19%	74.593	19%	-72%	14%
Contas a receber	27.623	7%	20.499	5%	4.956	1%	35%	314%
Estoques	49.945	14%	18.491	4%	23.556	6%	170%	-22%
Impostos a recuperar	1.317	0%	1.127	0%	1.646	0%	17%	-32%
Adiantamento a fornecedor	6.556	2%	17.613	4%	11.831	3%	-63%	49%
Outros ativos	370	0%	237	0%	579	0%	56%	-59%
Ativos não circulantes mantidos para venda	838	0%	838	0%	838	0%	0%	0%
Não Circulante	228.046	62%	234.074	54%	240.697	62%	-3%	-3%
Aplicações financeiras	8.731	2%	15.164	3%	15.210	4%	42%	0%
Depósitos Judiciais	515	0%	490	0%	496	0%	5%	-1%
Outros ativos	38	0%	-	0%	-	0%	0%	0%
Imobilizado	163.186	44%	159.799	37%	161.627	42%	2%	-1%
Intangível	55.576	15%	58.621	13%	63.364	16%	-5%	-7%
Total do Ativo	369.831	100%	434.970	100%	388.771	100%	15%	12%
PASSIVO								
Circulante	78.729	21%	66.272	15%	60.795	16%	19%	9%
Fornecedores	17.675	5%	11.338	3%	39.396	10%	56%	-71%
Empréstimos e financiamentos	50.075	14%	43.608	10%	12.786	3%	15%	241%
Impostos a recolher	1.643	0%	1.264	0%	655	0%	30%	93%
Salários e encargos sociais	6.256	2%	7.305	2%	6.004	2%	-14%	22%
Títulos a pagar	1.289	0%	1.172	0%	-	0%	10%	100%
Outras contas a pagar	1.791	0%	1.585	0%	1.954	1%	-13%	-19%
Passivo não circulante	179.516	49%	177.219	41%	174.419	45%	1%	2%
Títulos a pagar	16.762	5%	16.404	4%	16.638	4%	2%	-1%
Empréstimos e financiamentos	134.070	36%	144.714	33%	142.805	37%	-7%	1%
Partes relacionadas	14.646	4%	13.636	3%	10.579	3%	7%	29%
Tributos diferidos	630	0%	155	0%	92	0%	306%	68%
Contingências	847	0%	843	0%	1.321	0%	-0%	-36%
AFAC	11.803	3%	-	0%	-	0%	0%	0%
Outras contas a pagar	758	0%	1.467	0%	2.984	1%	-48%	-51%
Patrimônio líquido	111.586	30%	191.479	44%	153.557	39%	-42%	25%
Capital social	497.859	135%	496.476	114%	388.538	100%	0%	28%
Reserva de capital	15.737	4%	16.814	4%	16.344	4%	-6%	3%
Prejuízos acumulados	(402.704)	-109%	(322.443)	-74%	(251.676)	-65%	25%	28%
Ajustes acumulados de conversão	694	0%	632	0%	351	0%	10%	80%
Total do passivo e patrimônio líquido	369.831	100%	434.970	100%	388.771	100%	-15%	12%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$141.785 mil, em comparação com R\$200.896 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 38% em 31 de dezembro de 2021 e 46% em 31 de dezembro de 2020. Esta redução, de R\$59.111 mil ou -29%, está diretamente ligada ao aumento de capital ocorrido em dezembro de 2020 com ingresso de caixa ao final do exercício, o que não correu em 2021. O aumento de capital aprovado em 25 de novembro de 2021, foi concluído e homologado em 1º de fevereiro de 2022.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$228.046 mil, em comparação com R\$234.074 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 62% em 31 de dezembro de 2021 e 54% em 31 de dezembro de 2020. Esta redução, de R\$6.028 mil ou -3%, decorreu em função da liberação de garantias de caixa, reduzindo assim o montante de aplicações financeiras no longo prazo.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$78.729 mil, em comparação com R\$66.272 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 21% em 31 de dezembro de 2021 e 15% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$14.457 mil ou 19%, se deu, principalmente, em função do (i) aumento de fornecedores devido a compras de medicamentos para comercialização e (ii) ao prazo de vencimento do empréstimo 4131 que estava anteriormente no longo prazo. O empréstimo foi renegociado em março de 2022 com alongamento do prazo para 2023.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R\$179.516 mil, em comparação com R\$177.219 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 49% em 31 de dezembro de 2021 e 41% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$2.297 mil ou 1%, decorreu principalmente em função da redução de empréstimos não circulante em função do vencimento do 4131 citada anteriormente, compensado pelo aumento de partes relacionadas devido a oscilação o câmbio e AFAC ocorrido em 2021. O empréstimo foi renegociado em março de 2022 com alongamento do prazo para 2023.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$111.586 mil, em comparação com R\$191.479 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta variação, de -R\$79.893 mil ou -42%, deve-se ao prejuízo do período de R\$80.261 mil em 31 de dezembro de 2021.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$200.896 mil, em comparação com R\$148.074 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 46% em 31 de dezembro de 2020 e 38% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$52.822 mil ou 36%, decorreu do aumento de disponibilidades que se deu pelo aumento de capital realizado em 2020 bem como o aumento do contas a receber devido ao incremento das operações de vendas dos medicamentos do portfólio da Companhia.

Ativo não circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$234.074 mil, em comparação com R\$240.697 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 54% em 31 de dezembro de 2020 e 62% em 31 de dezembro de 2019. Esta queda, de R\$6.623 mil ou 3% decorreu principalmente pelas depreciações e amortizações no exercício de 2020.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$66.272 mil, em comparação com R\$60.795 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 15% em 31 de dezembro de 2020 e 16% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$5.477 mil ou 9%, decorreu principalmente pelo aumento de empréstimos pelo motivo da contratação do empréstimo em moeda estrangeira, nos termos da Lei 4.131, consequentemente, reduzindo o saldo de fornecedores e também pela realocação para o curto prazo do saldo a pagar de títulos e valores mobiliários.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$177.219 mil, em comparação com R\$174.219 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 41% em 31 de dezembro de 2020 e 45% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$2.800 mil ou 2%, decorreu principalmente devido ao aumento de partes relacionadas R\$10,5 milhões em 2019 para R\$13,6 milhões em 2020 devido ao aumento da taxa cambial entre os anos de 2020 e 2019.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$191.479 mil, em comparação com R\$153.557 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta variação, de R\$37.922 mil ou 25%, deu-se pelo aumento de capital de R\$107.281 mil realizado em 2020 bem como ter apresentado prejuízo de R\$70.767 em 2020.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$191.479 mil, em comparação com R\$153.557 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta variação, de R\$37.922 mil ou 25%, deu-se pelo aumento de capital de R\$107.281 mil realizado em 2020 bem como ter apresentado prejuízo de R\$70.767 em 2020.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$148.074 mil, em comparação com R\$109.853 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 38% em 31 de dezembro de 2019 e 36% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$38.221 mil ou 35%, decorreu do aumento de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras que se deu pelo aumento de capital realizado em 2018 bem como o aumento de estoques devido a aquisição de medicamentos para revendas.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$240.697 mil, em comparação com R\$195.830 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 62% em 31 de dezembro de 2019 e 64% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$44.867 mil ou 23%, decorreu principalmente pelo aumento de intangível em 2019 por meio de aquisição de licença de marcas.

Passivo circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$60.795 mil, em comparação com R\$41.255 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 16% em 31 de dezembro de 2019 e 13% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$19.540 mil ou 47%, decorreu principalmente pelo aumento de fornecedores pelo motivo de obrigações a pagar sobre a operação de distribuição e comercialização da Companhia.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$174.419 mil, em comparação com R\$158.339 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 45% em 31 de dezembro de 2019 e 52% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$16.080 mil ou 10%, decorreu devido a realocação de saldo de empréstimos e financiamentos entre o curto prazo e o longo prazo, após a renegociação de contratos junto aos financiadores postergando o prazo de início de pagamento de principal.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$153.557 mil, em comparação com R\$106.089 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R\$47.468 mil ou 45%, deu-se pelo aumento de capital de R\$101.096 mil realizado em 2019 bem como ter apresentado prejuízo de R\$55.812 em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	Exercício findo em		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(93.784)	(95.249)	(77.606)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	61.492	(6.842)	(20.517)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	7.419	129.224	107.399

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020***Fluxo de caixa das atividades operacionais***

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou -R\$93.784 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a -R\$95.249 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento de R\$1.465 mil, ou 2%, é justificado pela operação da Companhia, em especial o aumento da utilização do caixa para cumprimento de suas despesas operacionais.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$61.492 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a -R\$6.842 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Esse incremento de R\$68.334 mil, ou 999%, é justificada pela diminuição da aplicação financeira em 2021 comparado a 2020, bem como a liberação de garantias financeiras em aplicações de longo prazo.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$7.419 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$129.224 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A queda de R\$121.805 mil, ou 94%, é justificada, principalmente, pelo aumento de capital em 2020, no montante de R\$107.281 mil e obtenção de empréstimos de R\$23.733 mil no mesmo exercício. Vale lembrar que a operação de aumento de capital lançada no final de 2021 foi concluída no exercício posterior, isto é, em fevereiro de 2022, ao contrário dos anos anteriores quando, iniciadas antes, foram concluídas no mesmo exercício.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019***Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais***

O [fluxo de caixa das atividades operacionais] totalizou R\$96.874 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$77.606 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$19.268 mil, ou 25%, é justificado pelo prejuízo do exercício em 2020 de R\$70.767 mil ser superior em relação ao ano de 2019 no montante de R\$55.812 mil.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$6.842 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$20.517 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa queda de R\$13.675 mil, ou 67%, é

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

justificada pela queda na aquisição de imobilizado e intangível, bem como pela queda da entrada das aplicações financeiras entre o ano de 2020 em comparação ao ano de 2019.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$130.849 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$107.399 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$23.450 mil, ou 22%, é justificado pelo aumento de capital em 2020, no montante de R\$107.281 mil, ter sido superior em relação ao ano de 2019 (R\$100.000 mil) e além disso, pelo aumento do serviço da dívida da Companhia dado que em 2020 ocorreu uma liberação de empréstimo R\$23.733 mil, superior à do ano de 2019, no montante de R\$7.399 mil.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$77.606 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um saldo de R\$44.115 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$31.663 mil, ou 69%, é justificado principalmente (i) pelo prejuízo do exercício em 2019, no montante de R\$55.812 mil, ser superior em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$42.562 mil, (ii) pelo aumento de estoques, contas a receber e outros ativos adiantamentos a fornecedor, que se deve ao início da operação de venda de medicamentos em novembro de 2019.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$20.517 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um saldo de R\$27.347 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento é justificado pela queda do resgate das aplicações financeiras em comparação ao exercício social findo em 2018.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$107.399 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um saldo de R\$78.655 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento é justificado pelo aumento de capital no exercício social findo em 2019 no montante de R\$100.000 mil ter sido superior em relação ao aumento de capital incorrido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, equivalente a R\$87.442 mil, além disso, em 2019 não houve pagamento de principal sobre os empréstimos e financiamentos e houve, ainda, uma liberação de R\$7.399 mil referente a empréstimos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, foi a venda de biomedicamentos.

A Biommm é uma Companhia especializada e focada em biomedicamentos. Em 2021 a Companhia deu início a comercialização e distribuição dos medicamentos Glargilin e Ghemaxan, em adição aos medicamentos Wosulin, insulina humana, nas apresentações do tipo "NPH" e do tipo "Regular", e Afrezza, insulina inalável iniciados no ano de 2020 e ao medicamento oncológico Herzuma, cujo início de comercialização se deu no fim de 2019.

Durante os exercícios de 2020 e 2019 a Companhia incorreu em receitas por prestação de serviços, não recorrente, na coordenação de estudos clínicos para insulinas nas apresentações do tipo "NPH" e do tipo "Regular", além de ter trabalhado com a venda piloto de um dermocosmético para diabéticos, chamado Confort Care, de faturamento não expressivo.

Descrição dos Componentes Principais de nossos Resultados Operacionais:

Segue abaixo um resumo dos itens que compõem nossa demonstração de resultados:

Receita bruta

A receita bruta é proveniente da comercialização de medicamentos pela Companhia.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é proveniente de comercialização de medicamentos pela Companhia deduzida de impostos, descontos e devoluções.

Custos dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos consiste principalmente em custos relacionados a aquisição dos produtos, incluindo gastos logísticos, com importação e seu armazenamento.

Despesas com vendas

As despesas com vendas consistem principalmente em despesas relacionadas a folha de pagamento de pessoal da força de vendas, gastos com A&P em geral, despesas relacionadas a fretes e transportes de mercadorias, entre outros.

Despesas administrativas

As despesas administrativas consistem principalmente de despesas relacionadas a folha de pagamento de pessoal das demais áreas da Companhia (operação, financeiro e administrativo), e demais despesas operacionais administrativas (manutenção e utilidades, serviços gerais, prestadores de serviços, honorários, entre outros).

Outras receitas (despesas)

Outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados em outras rubricas da demonstração do resultado, não relacionadas a operação da Companhia e podem incluir itens que são limitados em número, claramente identificáveis, incomuns e que têm um impacto irrelevante nos resultados consolidados.

Receitas financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita financeira é relacionada ao fluxo da empresa de caráter monetário, como os juros recebidos, rendimentos das aplicações financeiras, receitas com variação cambial advinda de variações positivas do câmbio, ou qualquer outro ganho que seja financeiro.

Despesas Financeiras

A despesa financeira consiste principalmente no custo dos empréstimos captados para financiamento do *ramp up* da operação e do plano de negócios da Companhia. Somos financiados principalmente através de empréstimos de longo prazo vinculados a aplicação dos recursos para desenvolvimento da empresa. As despesas financeiras também incluem despesas com variação cambial advinda de variações negativas do câmbio, custo de garantias bancárias, correções monetárias sobre depósitos e bloqueios judiciais e juros sobre provisões, e custo de vendas de recebíveis.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

O setor biofarmacêutico pode ser afetado pelas mudanças na confiança do consumidor que reflete na demanda, mas também pela regulação, concorrência, sazonalidade, alterações no câmbio e regulação de preço pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED.

As incertezas políticas e as condições econômicas gerais do país podem ter efeitos adversos no poder aquisitivo do consumidor, custos das mercadorias adquiridas, disponibilidade de mão de obra e de mercadorias e outros fatores que afetam nossos negócios e o setor farmacêutico em geral.

As atividades e resultados financeiros e operacionais também podem ser substancialmente afetados por aquisições e desinvestimentos realizados pela Companhia, visando adequar seu portfólio a novos patamares de crescimento e rentabilidade. Além dos fatores acima as atividades e resultados financeiros também são impactados pelo patamar das taxas de juros praticadas no país, principalmente Selic / CDI, TJLP e inflação (IPCA) que são os principais indexadores da dívida e aplicações em reais da Companhia.

Os fatores que podem afetar materialmente os resultados operacionais da Companhia estão apresentados a seguir:

a) Situação macroeconômica brasileira.

A operação da Companhia está situada no mercado brasileiro, assim, as condições macroeconômicas do país podem influenciar no resultado operacional da Companhia por meio, por exemplo de crises políticas, oscilações expressivas nas taxas de câmbio, taxa de juros e ou nos índices inflacionários.

Devido ao modelo de negócios da Companhia, e parcerias com fornecedores internacionais, variações no câmbio podem afetar o resultado operacional da Companhia, positivamente ou negativamente.

Variações nas taxas de juros podem impactar o resultado operacional da Companhia por meio de reajustes de contratos e, ainda, na evolução nos empréstimos que acompanham indicadores como a TJLP e TLP.

b) Regulatório

A Companhia está sujeita a regulações no mercado farmacêutico que incluem o controle de preços conforme orientações da CMED. Os ajustes nos preços dos produtos farmacêuticos são realizados anualmente, e podem não acompanhar a evolução dos custos dos produtos, que, por sua vez, podem ter sido impactados por outros fatores, como por exemplo, a taxa de câmbio, que pode ter um impacto negativo maior do que o positivo do incremento de preços no resultado operacional da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c) *Concorrência*

O segmento de mercado em que a Companhia atua é competitivo, de modo que a Companhia enfrenta a concorrência de outras companhias com presença no mercado nacional. Essas empresas oferecem uma grande variedade de produtos, que podem concorrer com os produtos oferecidos pela Companhia. Dessa forma, o negócio é afetado pelas condições concorrenciais, sendo que a Companhia pode precisar aumentar seus gastos com marketing e promoção e/ou reduzir os preços comercializados, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos para manutenção de sua competitividade no mercado.

d) *Sazonalidade*

O mercado de atuação da Companhia pode ser afetado ao longo do ano em períodos que a demanda pelos medicamentos é sazonalmente menor.

e) *Demanda*

A Companhia vem ao longo dos anos buscando parcerias ao redor do mundo para aumentar e qualificar cada vez mais o seu portfólio de produtos. Atualmente, a Companhia conta com 3 medicamentos para diabetes, 1 para oncologia, 1 para trombose e 1 anticorpo monoclonal. A demanda pode ser influenciada por diversos fatores, incluindo: (i) o envelhecimento da população, que tende a aumentar a demanda por medicamentos; (ii) parcerias público/privadas para atender a alguma necessidade específica; e (iii) os lançamentos de produtos inovadores.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As variações das receitas na Companhia são afetadas principalmente quando ocorre a entrada de novos produtos para vendas no mercado brasileiro, bem como quando há um efeito concorrencial de outros players no mercado.

Os três últimos exercícios sociais sofreram alterações relevantes na variação da receita por meio de entrada de novos produtos e serviços e do volume de vendas. Ao final de 2021, a Companhia obteve um *market share* de 18% para o Herzuma (11% em 2020), 11% para o Wosulin (3% em 2020). Para os produtos com início de vendas em 2021, obteve um *market share* de 5% para o Ghemaxan com pouco mais de 6 meses de comercialização e para o Glargilin, 3,5% (dados de volume referentes ao mês de novembro de 2021, de acordo com o IQVIA).

Durante o exercício de 2021, a Companhia acrescentou ao seu portfólio, além daqueles já comercializados até 2020, os medicamentos Ghemaxan (enoxaparina sódica) usada também no tratamento para Covid, bem como o Glargilin.

Adicionalmente, há produtos do portfólio da Biommm que estão em fase de submissão a ANVISA e/ou aprovação regulatória, que deverão refletir no aumento gradual da receita, conforme cada medicamento entre no mercado.

A Companhia experimentou no exercício de 2021, concorrência com outros players do mercado, o que levou a uma redução em preços praticados pela Companhia em certos medicamentos.

Por fim, a taxa de câmbio não interfere na receita de vendas de produtos pois a venda é feita em moeda Real e abrange somente o mercado brasileiro. Ressalta-se que a venda de medicamentos está em conformidade com as exigências regulatórias (CMED) que controla o preço de vendas de medicamentos.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação afeta diretamente o resultado operacional por meio de reajustes contratuais que acompanham indicadores como IPCA e IGP-M. Os custos dos empréstimos contratados pela Companhia cujas taxas de juros estão atreladas a indicadores como TJLP e TLP também podem aumentar caso ocorra um aumento na inflação.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O aumento de preços calculado pela CMED também considera, como um dos componentes para cálculo do fator de reajuste, a variação do IPCA.

A inflação pode interferir, ainda, no rendimento das aplicações financeiras, o que impacta positivamente o resultado financeiro.

A Companhia está exposta aos riscos cambiais que interferem diretamente no custo de importação dos medicamentos, além disso, o câmbio influencia na atualização dos mútuos entre partes relacionadas nas aplicações financeiras e, também, na consolidação do balanço da Companhia, junto as subsidiárias internacionais. O resultado financeiro é atualizado mensalmente de acordo com a competência contábil, acompanhando a taxa de câmbio no referido mês.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - ressalvas e ênfase no parecer do auditor****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis****Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2021**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2020

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia. Apenas a implementação do CPC 06/ IFR 16 (R2) – Arrendamentos, que não produziu efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2019

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos três últimos exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos três últimos exercícios sociais, foram emitidos sem ênfases ou ressalvas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia possui depósitos bancários e aplicações financeiras em moeda estrangeira e aplicações financeiras em montantes expressivos cuja carteira está lastreada em títulos com baixo risco de crédito e em títulos públicos federais. Em função da composição da carteira, não se espera flutuações relevantes no valor dessas aplicações financeiras em moeda nacional, que são avaliadas ao seu valor justo. Alterações na taxa de câmbio pode impactar os valores justos dos depósitos bancários e aplicações financeiras em moeda estrangeira.

Comentários da Administração: atualmente, a Companhia possui apenas instrumentos registrados pelo Nível 1, ou seja, aqueles que possuem preços cotados em mercado ativo. De uma forma geral a Administração da Companhia entende que a estimativa de determinação do valor justo é crítica na medida em que são envolvidas premissas para a determinação do valor justo, ou seja, instrumentos classificados no Nível 2 e Nível 3 de hierarquia de valor justo.

(b) Redução ao valor recuperável de investimentos em controlada em conjunto

A sociedade joint venture Gabas Global, na Arábia Saudita, constituída em 2008 apresenta histórico de atrasos e diversos adiamentos na implantação do projeto somado às especificidades do ambiente regulatório, político e econômico saudita, que trazem incertezas em relação à sua efetividade.

Dessa forma, foi reconhecida uma perda ao valor realizável da totalidade desse investimento.

Comentários da Administração: a Administração da Companhia entende que tal estimativa é crítica uma vez que a análise de redução ao o valor recuperável de ativos envolve grau de julgamento e premissas da Administração, que por ser uma estimativa crítica, é revisada pelos auditores independentes.

(c) Definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível

A definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível envolve o uso de avaliações relevantes por parte da Administração.

A Companhia estima a vida útil desses ativos como divulgado na Nota Explicativa nº 3(h) e 3(i). Contudo, a vida útil real pode ser diferente daquelas estimadas, a depender dos prazos para efetiva conclusão da nossa unidade fabril.

Comentários da Administração: a Administração da Companhia entende que tal estimativa é crítica, pois a determinação da vida útil e valor residual envolve grau de julgamento por parte da Administração da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A Companhia está em fase de validação interna de unidade fabril biofarmacêutica localizada em Nova Lima, MG, destinada à produção de medicamentos biotecnológicos. A construção da unidade fabril encontra-se substancialmente finalizada, no entanto, para que ocorra a operação de fabricação própria, faz-se necessário o seu comissionamento e respectiva validação junto a ANVISA, sendo que tais processos somente podem ser iniciados sobre produtos com registros aprovados pela ANVISA.

O plano de negócios da Companhia foi atualizado de forma que a construção da planta industrial de Nova Lima fosse faseada e modular. Tal decisão visou, principalmente, viabilizar o acesso da Companhia ao mercado com produtos de fabricação própria de forma mais rápida, antecipando a geração de caixa.

A planta biofarmacêutica construída terá como validação inicial a produção de insulina (em diferentes tipos de ação) nas apresentações de frasco de 10 ml e em carpules de 3 ml para uso em canetas injetoras.

Adicionalmente, a Companhia adquiriu em outubro de 2016, uma edificação em andamento e um terreno localizados na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE) que poderão ser utilizados para novos negócios.

Os ativos da Companhia informados acima estão apresentados abaixo em milhares de reais na data base de 31 de dezembro de 2021:

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	13.851	-	13.851
Edificações	26.555	(1.798)	24.757
Instalações	5.149	(2.057)	3.092
Máquinas e equipamentos	7.642	(3.177)	4.465
Equipamentos de proc. de dados	1.350	(731)	619
Construções em andamento	113.115	-	113.115
Direitos de uso	5.799	(3.872)	1.927
Outros	2.130	(770)	1.360
	175.591	(12.405)	163.186

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem como fontes de financiamentos operações de aumento de capital privado junto aos acionistas e a contratação de financiamentos (vide item 10.1.d acima deste Formulário de Referência).

A Companhia pode, no futuro, utilizar de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar empréstimos / financiamentos junto a instituições financeiras.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia manteve continuidade nas atividades de implantação de sua planta biofarmacêutica para a produção de medicamentos biotecnológicos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia investiu R\$4.126 mil (R\$3.926 mil no ano de 2020) em marcas do portfólio Biommm e aquisição de direito de comercialização de produtos com exclusividade no mercado brasileiro.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento na data deste Formulário de Referência.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que não há pesquisas em andamento na data deste Formulário de Referência.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia possui dois projetos em desenvolvimento: (i) custos com investimento em CMO (*Contract Manufacturing Organization*) para testes clínicos e pré-clínicos, para produção da Fábrica de Nova Lima, e (ii) custos com desenvolvimento interno para futura produção de insulina Glargina, compreendendo gastos com pessoal dedicados a pesquisa no desenvolvimento desse protótipo.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O valor total gasto até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$28.064 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos da COVID-19 em nossas atividades

É importante comentar que a Biomm continua em expansão das suas atividades operacionais, sem rupturas em sua cadeia de suprimentos e sem deterioração de seus recebíveis em função da pandemia do Covid-19. A Companhia segue ainda na realização de novas parcerias estratégicas com o objetivo de ampliar seu portfólio de medicamentos biológicos incluindo vacinas. A Companhia criou um comitê de trabalho no início da pandemia com o objetivo de acompanhar a evolução e os eventuais impactos sobre suas operações. Como pode se observar ao longo do tempo, a Companhia não sofreu impactos negativos advindos do Covid19 em suas operações, sendo o fator cambial o principal efeito incorrido em seu resultado. Vale observar que, em um contexto global e nacional, têm-se observado uma redução no número de mortes e internações por Covid-19 em decorrência das campanhas de vacinação implementadas. Esse sucesso das vacinas é importante para o Brasil e para o mundo, o que aumenta a expectativa de redução gradual dos impactos da pandemia de uma forma geral no cenário econômico, ao passo que no Brasil, o fator cambial é um desafio, visto o cenário político e a desvalorização do real frente ao dólar observado ao longo de 2021.

Do ponto de vista gerencial, adotamos medidas de distanciamento social e prevenção para os nossos colaboradores. A maioria das atividades administrativas da Companhia estão ocorrendo em regime híbrido de home-office e presencial, com revezamento e banco de horas desde setembro de 2021 e adotamos medidas de distanciamento, aferição de temperatura e reforço de equipamentos de proteção individual como medidas para reduzir os riscos de disseminação da COVID-19 e dos impactos desta em nossos negócios.

Uma vez que nossa receita advém da comercialização de medicamentos, a Companhia viu sua receita aumentar mesmo durante a pandemia. Isso foi possível pelo desenvolvimento de novas parcerias e aprovação em caráter emergencial de novos medicamentos, entre eles medicamentos amplamente usados no tratamento de pacientes diagnosticados com o Covid-19, o que aumentou o nosso portfólio de produtos e o faturamento da Companhia.

Medidas adotadas pela Companhia

Com a finalidade de garantir a integridade de nossos colaboradores e de nossas operações, a Companhia estabeleceu diversas medidas preventivas para reduzir os riscos oriundos da pandemia de COVID-19 e reduzir os riscos para a operação. Estas medidas seguem detalhadas abaixo:

- adoção de protocolos de prevenção à COVID-19 por meio de documento próprio, divulgado para todos os funcionários da empresa, desde março/2020, destacando-se a adoção do trabalho remoto (*home office*) em toda a Companhia nos períodos mais críticos da pandemia;
- adoção da obrigatoriedade de uso de máscaras nas instalações da Companhia e nos veículos de transportes de funcionários a partir de março de 2020 para os casos onde o trabalho presencial se faz necessário (caráter excepcional);
- estabelecimento de práticas de limpeza e sanitização dos postos de trabalho com maior frequência semanal, incluindo a instalação de recipientes de álcool em gel em todos os ambientes da empresa;
- inspeções e ações educativas junto aos funcionários e prestadores de serviço, com foco na conscientização para o cumprimento das medidas de prevenção; e
- incentivo e acompanhamento da vacinação completa contra a COVID-19, com monitoramento dos cartões de vacina pelas áreas de Gestão de Pessoas e Saúde & Segurança da Companhia.